



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

## ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - ESPECIALIDADE - DIREITO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos, em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

No romance *Dom Casmurro*, o narrador faz uma descrição de um personagem do seguinte modo:

“Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cobiçava-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodaque e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda (...). Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos”.

A descrição desse personagem tem base:

- (A) predominantemente física, com traços psicológicos;
- (B) predominantemente psicológica, com traços físicos;
- (C) sociológica, explorando sua atividade profissional;
- (D) física, psicológica e sociológica;
- (E) predominantemente sociológica, com traços físicos.

2

Observe a tradução de um fragmento textual francês:

“Na origem, a casa tinha sido acoplada a um computador, como tantas outras, a um computador previsorial encarregado de a fazer evoluir em função dos cálculos de probabilidade de que se alimentava a máquina. A eventualidade de um inverno frio fazia com que surgisse um engrossamento progressivo das paredes, num isolamento reforçado. Uma dupla camada de telhas crescia lentamente sobre o teto, uma lareira suplementar emergia do solo como um legume perfurando a terra de um jardim.”

Trata-se, no caso, de uma narrativa de ficção científica; a característica desse gênero narrativo que se aplica a esse segmento textual, é:

- (A) localização em um tempo futuro, que é visto como passado, a ponto de ser narrado;
- (B) narrativa que envolve um mundo cujos elementos são completamente desconhecidos do leitor atual;
- (C) apresentação de uma visão pessimista do mundo futuro, governado por máquinas incontroláveis;
- (D) sugestão de uma tecnologia avançada, não criada pelos humanos, mas por seres superdotados;
- (E) narrativa em que o próprio narrador mostra desconhecimento da realidade narrada.

3

Um escritor espanhol, conhecido por sua preocupação com o idioma, produziu a seguinte frase: “Estudar latim é como colocar as palavras para fazer ginástica”.

Isso significa que:

- (A) o estudo de latim é hoje uma tarefa inútil, pois os estudos históricos perderam valor;
- (B) o conhecimento do latim melhora a qualidade redacional de nossos textos;
- (C) estudar a língua latina faz com que se acrescentem muitos novos vocábulos aos dicionários;
- (D) o aprendizado da língua latina é indispensável para o conhecimento de nosso próprio idioma;
- (E) estudar latim faz com que aprofundemos o conhecimento das palavras.

4

“Por que você escreve? A essa pergunta Balzac respondeu: para ser rico e célebre. Outros responderão certamente: porque é um ato necessário a meu equilíbrio psíquico, eu escreveria mesmo que eu não fosse publicado. Essas são as duas respostas extremas. Eu direi quanto a mim: para ser lido. Eu me considero como um artesão em sua oficina, aperfeiçoando esse objeto manufaturado destinado a ser vendido, um livro. Um livro é uma criação, que comporta um primeiro e um segundo grau. No primeiro, eu invento uma história e personagens. No segundo, o leitor se apoia no que inventei e persegue minha criação para torná-la sua. E como toda criação traz alegria, há para mim uma dupla felicidade: a de criar e a de suscitar uma criação entre meus leitores. Eu acendo um fogo que me dá calor e luz, mas eu o expando e observo milhões de pequenas luzes tremulando sobre toda a terra, feitas nos espíritos e corações por minhas obras” (Michel Tournier, *Libération*, 1985).

Sobre a significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) segundo o texto, no fundo, todos escrevem pelo mesmo motivo: tornarem-se ricos e célebres;
- (B) em resumo, os escritores pretendem trazer felicidade aos homens, mesmo que não sejam publicados;
- (C) o autor do texto responde à pergunta inicial, apoiado em sua experiência pessoal, destacando o poder da criação;
- (D) escrever é uma experiência que requer dedicação e trabalho a fim de que o livro possa ser amplamente consumido;
- (E) os autores criam histórias e personagens para que os leitores se sintam motivados a criarem os seus.

5

“O gerente da empresa comentou que, com a futura chegada dos bombeiros, o incêndio seria controlado e a produção poderia ser entregue dentro do prazo.”

A argumentação do gerente mostra um problema, que é:

- (A) a fuga do assunto, já que o foco deveria ser o incêndio;
- (B) uma generalização excessiva já que nem todos os incêndios conseguem ser apagados a tempo;
- (C) um argumento autoritário, já que ele sozinho decide o que fazer com a produção;
- (D) a apresentação de uma possibilidade como certeza;
- (E) o estabelecimento de uma relação equivocada entre causa e efeito.

6

Um dos problemas continuamente apontados em textos escritos é o da repetição de termos idênticos; em todas as frases abaixo, esse problema foi combatido por meio de substituições.

A opção em que a substituição foi realizada por meio de um processo diferente dos demais, é:

- (A) O coronel tinha muito orgulho da farda, como ocorre com a grande maioria dos militares;
- (B) Essa noite relampejou e trovejou muito, e os pobres cachorros, com medo desses fenômenos, latiram desesperadamente;
- (C) Subir e descer escadas, caminhar uma hora por dia foram exercícios recomendados pelo médico do idoso;
- (D) Os alunos pretendiam homenagear a professora, mas nem todos os alunos concordaram com a homenagem;
- (E) Era muito simpático, característica que todos admiravam nele.

**7**

Entre as opções abaixo há um termo destacado cujo referente se encontra após a sua enunciação, exemplificando o que se chama de “catáfora”; a opção em que isso ocorre, é:

- (A) Todos aqueles que os citam são admiradores dos ministros;
- (B) O quadro, ele foi adquirido ontem;
- (C) Choveu muito e isso não surpreende mais;
- (D) Não vi o buraco onde caíram os óculos;
- (E) A semana em que ele chegou foi no início do mês.

**8**

A frase abaixo que mostra ambiguidade em função de NÃO se poder distinguir agente e paciente, é:

- (A) O chefe encontrou o funcionário em seu gabinete;
- (B) A criação da instituição demorou mais do que se esperava;
- (C) João e Maria se casaram ontem;
- (D) Encontrei o assaltante andando pela rua;
- (E) Chamar os bombeiros já ficou na moda.

**9**

A opção abaixo em que está presente uma forma interrogativa indireta é:

- (A) A classe política declarou-se satisfeita após a publicação do calendário eleitoral;
- (B) Os sindicatos e os representantes patronais retomaram seus afazeres;
- (C) As empresas de computação ainda não sabem quando vão instalar os novos computadores;
- (D) Por que todos os adolescentes parecem inventar o mundo de novo?
- (E) Todos sabem quanto custa esse automóvel.

**10**

A opção abaixo em que a forma verbal destacada mostra fatos anteriores em relação aos outros é:

- (A) Quando a guerra da Ucrânia terminar, muitos vão voltar ao país;
- (B) Ela já terminara os exercícios quando os pais chegaram para levá-la;
- (C) O diretor entrou em sala quando a maioria já saíra;
- (D) O professor estava no quadro quando o aluno entrou;
- (E) Todos vão saber o resultado amanhã à tarde.

**11**

Observe a seguinte explicação, retirada de uma gramática de língua portuguesa: “O adjetivo é uma das classes de palavras, caracterizada por ser variável em gênero e número, determinante de um substantivo ou pronome substantivo, expressando estado, característica, qualidade ou relação”.

Sobre esse pequeno texto explicativo, é correto afirmar que o texto:

- (A) se estrutura a partir de uma pergunta explícita, seguida de uma resposta que lhe dá explicação;
- (B) comporta definições, destacadas por palavras que as apresentam;
- (C) mostra muitos conectores lógicos, que introduzem explicações;
- (D) mostra termos especializados não explicados em função de dirigir-se a leitores com certos conhecimentos;
- (E) mostra comparações e esquemas que permitem visualizar a explicação de forma mais clara.

**12**

Um livro intitulado *A Língua Portuguesa e o Modernismo* traz algumas modificações ocorridas na norma culta de nossa língua na época moderna; a opção abaixo que mostra uma dessas modificações seguida de um exemplo que a comprove, de forma adequada, é:

- (A) uso do pronome “ele/ela” como objeto direto, em lugar de “o/a”: “Nós vimos que ele não chegaria a tempo”;
- (B) uso do pronome “mim” em lugar de “eu”: “Para mim, trabalhar lá deve ser um sacrifício”;
- (C) emprego de pronome oblíquo solto entre dois verbos: “Ele foi se pentear no espelho do banheiro”;
- (D) utilização do verbo “ter” em lugar de “haver”: “Ele não tinha mais o que fazer no trabalho”;
- (E) uso da forma “lhe” em lugar de “o/a”: “Eu lhe entreguei os livros prometidos”.

**13**

Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

- (A) Meu pai sempre trabalhou como um escravo / com baixos salários;
- (B) O carro passou pela avenida como um foguete / soltando fogo pelo cano traseiro;
- (C) O menino declarou que a avó parecia uma bruxa / andava com uma vassoura;
- (D) Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo;
- (E) A sala de jantar dos meus avós era tal qual um museu / cheia de coisas velhas e malcuidadas.

**14**

Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- (A) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmos irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora;
- (B) Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes que não possuem e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras;
- (C) A única coisa que vem sem esforço é a idade / inevitável;
- (D) Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam / desestimuladas;
- (E) Não se pode confiar em quem não confia em ninguém / nos confiantes.

**15**

“Aconteceu aos verdadeiros sábios o que se verifica com as espigas de milho, que se ergueram orgulhosamente enquanto vazias e, quando se enchem e amadurece o grão, se inclinam e se dobram humildemente. Assim esses homens, depois de tudo terem experimentado, sondado e nada haverem encontrado nesse amontoado considerável de coisas tão diversas, renunciaram à sua presunção e reconheceram a sua insignificância.”

Sobre a base argumentativa desse pensamento de Montaigne, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que os verdadeiros sábios se inspiram nas espigas de milho;
- (B) o argumento básico do texto é de base comparativa, citando o exemplo das espigas de milho;
- (C) a argumentação apresentada é a experiência pessoal do autor, filósofo e escritor;
- (D) o público-alvo do texto são os verdadeiros sábios, que não interrompem a trajetória do aprendiz;
- (E) a lição do texto é a de que a humildade, também na natureza, só não é seguida pelos verdadeiros sábios, por já possuírem o conhecimento.

**16**

Todas as frases abaixo foram iniciadas com o vocábulo “Segundo”, com noção de conformidade; se eliminarmos das frases esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, a única forma adequada é:

- (A) Segundo a Fifa, o jogador do Grêmio deve ser suspenso por três anos / A Fifa manda que o jogador do Grêmio seja suspenso por três anos;
- (B) Segundo o regulamento do prédio, o morador que deixou lixo no corredor deve ser multado / O regulamento do prédio comenta que o morador que deixou lixo no corredor devesse ser multado;
- (C) Segundo o Denatran, ninguém pode dirigir sem carteira de habilitação / O Denatran instrui como obter-se a carteira de habilitação, que é obrigatória;
- (D) Segundo o edital do concurso, a prova tem a duração de quatro horas / O edital do concurso ordena que a prova tenha a duração de quatro horas;
- (E) Segundo o Serviço de Meteorologia, as chuvas não vão cair neste final de semana / O Serviço de Meteorologia preceitua que as chuvas não vão cair nesse final de semana.

**17**

Entre os segmentos abaixo, aquele que se mostra bastante objetivo, sem pormenores inúteis, repetições desnecessárias ou redundâncias, é:

- (A) Cada candidato, individualmente, terá acesso às informações do concurso por meio de uma senha particular;
- (B) O governo deve devolver ao povo o valor do empréstimo temporário cobrado no preço dos alimentos;
- (C) Ocorreu uma verdadeira balbúrdia no momento em que Trump entrou no tribunal;
- (D) Na volta da guerra, os militares receberam amor e afeto de seus familiares, que os aguardavam ansiosos;
- (E) Os atletas ficaram desestimulados ao se depararem com a grande quantidade de obstáculos na pista.

**18**

Os segmentos destacados em cada uma das frases foram substituídos por um só vocábulo de mesmo sentido, com a ajuda de um afixo (prefixo e sufixo); a única frase em que esse procedimento foi feito de forma adequada, é:

- (A) O paciente mostrava uma inflamação conjunta dos órgãos do sistema urinário / uma conjuntivite;
- (B) A câmara descoberta há pouco tempo na pirâmide do Egito foi uma enorme surpresa arqueológica / pré-descoberta;
- (C) Analisar-se a si mesmo continuamente é um bom caminho para a paz interior / autoanalisar-se;
- (D) O Rio de Janeiro está sendo visitado de novo / retrovisitado;
- (E) Tudo estava explicado de forma geográfica / geoidemente.

**19**

A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- (A) audição está para som como paladar está para língua;
- (B) livro está para capa como travesseiro está para fronha;
- (C) álcool está para alcoolismo como droga está para traficante;
- (D) tecido está para desbotar como papel está para rasgar;
- (E) mestre está para discípulo como professor está para escola.

**20**

Uma das estratégias de diminuir o ser humano é usar para ele vocábulos empregados somente ou também para coisas (reificação); a frase abaixo em que foi empregado esse processo, é:

- (A) Apesar de craque, em alguns jogos Pelé parecia desligado;
- (B) Nem toda pessoa domina os nervos;
- (C) Os professores não perdem a paciência facilmente;
- (D) Havia grande quantidade de pessoas na festa;
- (E) Os artistas prometeram fazer um bom show.

## Legislação Específica

21

Ana, estudante de direito, questionou o seu professor sobre quais seriam os legitimados à apresentação de proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

O professor respondeu, corretamente, que têm legitimidade:

- (A) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e o governador do Estado;
- (B) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 3%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em 3/5 dos Municípios do Estado;
- (C) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 5%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em metade dos Municípios do Estado;
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- (E) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

22

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa visando à criação do cargo de provimento efetivo XX, definindo o valor da respectiva remuneração e fixando suas atribuições. No âmbito da Assembleia Legislativa, três deputados estaduais apresentaram emendas ao projeto, visando a:

- (1) criar um segundo cargo, o YY, definindo as atribuições e fixando a respectiva remuneração;
- (2) aumentar o valor da remuneração proposta para o cargo XX; e
- (3) reduzir as atribuições do cargo XX.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar, em relação às três emendas, que:

- (A) somente (2) e (3) são constitucionais;
- (B) somente (1) e (2) são constitucionais;
- (C) somente (2) é constitucional;
- (D) somente (3) é constitucional;
- (E) (1), (2) e (3) são inconstitucionais.

23

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi designada para substituir Joana, ocupante de cargo de provimento em comissão, que se encontrava afastada das suas funções.

Nesse caso, consoante a sistemática estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 715/2022, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, fazendo jus a um acréscimo de 50% em sua remuneração regular, pago de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a trinta dias;
- (B) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, também fazendo jus à retribuição deste último, paga de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a dez dias;
- (C) deverá ser afastada do seu cargo efetivo, considerando a expressa vedação de cumulação de cargos no âmbito do Poder Judiciário, o que não impediria Maria de cumular uma função de confiança;
- (D) poderia cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, no caso de vacância deste último, também fazendo jus à retribuição correlata, paga de modo proporcional;
- (E) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, mas deve optar pela remuneração de um deles, com os benefícios correlatos.

24

Inês, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), foi questionada por uma colega em relação aos critérios a serem observados para o recebimento da denominada Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Inês respondeu, corretamente, que a referida Gratificação:

- (A) está sujeita à incidência de contribuição previdenciária;
- (B) somente pode ser cumulada com o valor correspondente à ocupação de um cargo em comissão;
- (C) somente pode ser cumulada com o valor correspondente ao exercício de uma função comissionada;
- (D) corresponde a 20% do vencimento básico do servidor que faça jus, considerando sua posição na carreira;
- (E) é devida a todos os servidores que realizem atividades, em caráter temporário ou permanente, fora das dependências do TJRN.

25

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, consultou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dessa estrutura de Poder, a respeito da possibilidade, ou não, de passar para o padrão imediatamente superior na classe em que estava inserido. Ao final de suas pesquisas, João concluiu, corretamente, que a referida passagem:

- (A) pode ocorrer por meio da promoção funcional;
- (B) pode ocorrer por meio da ascensão funcional;
- (C) pode ocorrer por meio da progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por meio da transposição de cargos;
- (E) não pode ocorrer, sob pena de burla à exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público.

**26**

Determinada Comarca do Rio Grande do Norte contava com mais de uma unidade dos Juizados Especiais Criminais. Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário, foi lotada em uma dessas unidades. Ao contínuo, realizou pesquisa a respeito do órgão competente para promover a execução nos processos em que fosse aplicada pena alternativa, tendo concluído corretamente que essa atividade, à luz da Lei Complementar Estadual nº 643/2018, seria desenvolvida:

- (A) por cada unidade, nos processos a ela vinculados;
- (B) pela unidade definida pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (C) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na classe;
- (D) pela unidade designada pelo presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na carreira.

**27**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, por seu órgão competente, recebeu solicitação para que fosse criada uma nova unidade judiciária em Comarca de entrância intermediária.

De acordo com a sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 643/2018, devem ser considerados critérios de natureza:

- (A) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (B) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que o acervo existente na unidade a ser desmembrada seja igual ou superior ao dobro do acervo existente em todas as unidades judiciárias de igual competência da macrorregião;
- (C) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último quinquênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (D) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial;
- (E) demográfica, temporal e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último biênio seja igual ou superior ao dobro da mediana de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial.

**28**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) iniciou discussões internas visando a instituir comissão de concurso para o provimento de cargos de juiz de Direito. Ao tomarem conhecimento da existência dessas discussões iniciais, grupos de direitos humanos encaminharam mensagens ao Tribunal solicitando que fosse informado se seriam adotadas medidas para que fosse assegurada a diversidade entre os integrantes da comissão.

Com base no Regimento Interno do TJRN, foi corretamente informado aos referidos grupos que a comissão:

- (A) observaria a paridade de gênero;
- (B) observaria a diversidade de gênero e a diversidade racial;
- (C) teria ao menos 30% dos seus integrantes do sexo feminino;
- (D) observaria a paridade racial, considerando negros e brancos;
- (E) seria composta a partir de sorteio, do qual pessoas dos distintos segmentos da sociedade poderiam participar.

**29**

Em determinada relação processual, na qual foram exauridos os recursos passíveis de serem interpostos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), foi interposto recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno do TJRN, é correto afirmar, em relação ao juízo de admissibilidade do referido recurso, que:

- (A) a sua realização é de competência do Conselho da Magistratura do TJRN, sendo vedada a delegação;
- (B) a sua realização é de competência do vice-presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (C) não pode ser realizada no âmbito do TJRN, para que não seja usurpada a competência do STF;
- (D) a sua realização é de competência do presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (E) a sua realização é de competência do Pleno do TJRN, sendo vedada a delegação.

**30**

Maria encaminhou representação ao corregedor-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, descrevendo a existência de irregularidades no âmbito de determinada unidade judiciária do interior do Estado.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para se verificar a veracidade, ou não, do fato descrito por Maria, deve ser realizada uma:

- (A) correição extraordinária;
- (B) correição ordinária;
- (C) justificação;
- (D) inspeção;
- (E) auditoria.

**31**

João, que figura como parte em um processo que tramita na segunda instância do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi informado por seu advogado que possivelmente haveria uma solução para o seu caso nos próximos meses, considerando que o órgão competente do Tribunal de Justiça iria julgar a uniformização de jurisprudência em razão de divergência entre Câmaras Cíveis.

O órgão competente a que se referiu o advogado é o(a):

- (A) Seção Cível;
- (B) Tribunal Pleno;
- (C) Câmara Reunida;
- (D) Grupo de Câmaras;
- (E) Conselho da Magistratura.

**32**

Maria, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, foi incumbida, pelo seu superior hierárquico, de elaborar uma análise a respeito das consequências da vacância do cargo de presidente do Tribunal, caso esta vacância ocorra até noventa dias do início do respectivo mandato.

Ao fim de sua análise, Maria concluiu, corretamente, à luz do Regimento Interno, que assumirá:

- (A) o corregedor-geral da Justiça, que ocupará o cargo pelo tempo que restar do mandato respectivo;
- (B) interinamente o vice-presidente, procedendo-se a nova eleição para presidente, no prazo de dez dias, a contar da vacância;
- (C) o vice-presidente, que completará o período de mandato, e o corregedor-geral sucederá o vice-presidente, procedendo-se, no prazo de trinta dias, a contar da vacância, à eleição do novo corregedor-geral;
- (D) o vice-presidente, que completará o período de mandato, e o desembargador mais antigo sucederá o vice-presidente, procedendo-se, no prazo de dez dias, a contar da vacância, à eleição do novo vice-presidente;
- (E) interinamente o vice-presidente, procedendo-se ao referendo do seu nome junto ao Tribunal Pleno, e, caso não seja mantido como presidente, realizar-se-á nova eleição para este cargo no prazo de trinta dias, a contar da vacância.

**33**

A Secretaria do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte constatou que diversos desembargadores tinham pedido a fruição de férias para o mesmo período.

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno, é correto afirmar que:

- (A) é vedado que isto ocorra, não sendo possível que haja mais de um desembargador em gozo de férias no mesmo período;
- (B) é vedado que mais de cinco desembargadores fruam férias no mesmo período, prevalecendo, nesse caso, a ordem do pedido;
- (C) é vedado que mais de três desembargadores fruam férias no mesmo período, prevalecendo, nesse caso, a ordem de antiguidade de cada qual;
- (D) não há óbice a que isto ocorra, desde que não esteja pautado, para o respectivo período, o julgamento de ações de controle de constitucionalidade, cujo quórum é qualificado;
- (E) não há óbice a que isto ocorra, considerando o direito constitucional à fruição de férias, devendo ser remarcadas as sessões em que o quórum de instalação seja comprometido.

**34**

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi cedida para outra estrutura estatal de poder com estrita observância da sistemática legal. Cerca de dez anos depois, Joana retornou ao Poder Judiciário.

Após retornar, Joana se inteirou sobre a possibilidade de aproveitar as qualificações adquiridas durante o período de cessão, que se mostrassem harmônicas com os requisitos do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, Joana concluiu, corretamente, que:

- (A) não pode aproveitar as qualificações;
- (B) pode aproveitar as qualificações até o limite de um padrão de progressão;
- (C) somente pode aproveitar as qualificações ratificadas pela Comissão de Desempenho;
- (D) pode aproveitar as qualificações até o limite de três padrões para fins de promoção;
- (E) pode aproveitar as qualificações até o limite de dois padrões para fins de migração.

**35**

Após uma análise quantitativa dos cargos que integram o Quadro dos Cargos Públicos de Provimento Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, bem como a aferição qualitativa das funções desempenhadas e dos objetivos de boa governança almejados, concluiu-se pela necessidade de realocar alguns cargos vagos por área e especialidade.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 715/2022, a competência para realizar a referida realocação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, é do:

- (A) Órgão Plenário;
- (B) Conselho de Eficiência;
- (C) Presidente do Tribunal;
- (D) Conselho da Magistratura;
- (E) Corregedor-Geral de Justiça.



**36**

O Partido Político Alfa solicitou que sua assessoria analisasse, à luz da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, as competências do Tribunal de Justiça (TJRN) em sede de controle concentrado de constitucionalidade, bem como a legitimidade de Alfa para deflagrá-lo, quando a ação tenha por objeto lei estadual.

A assessoria respondeu, corretamente, que, entre outras ações, o TJRN deve processar e julgar a:

- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Estadual, na forma da lei, e Alfa somente pode ajuizá-la se tiver representação na Assembleia Legislativa;
- (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Estadual, na forma da lei, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (C) ação declaratória de constitucionalidade, tendo a Constituição Estadual como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (D) ação direta de inconstitucionalidade, tendo apenas a Constituição Estadual como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (E) ação direta de inconstitucionalidade, tendo a Constituição Estadual ou, em alguns casos, a Constituição da República de 1988, como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional ou na Assembleia Legislativa.

**37**

Inês, ao tomar posse como deputada estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, buscou se inteirar a respeito da posição dos denominados “Gabinetes Parlamentares” na estrutura orgânica da Assembleia Legislativa.

Ao fim de suas reflexões, tomando por base a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, concluiu, corretamente, que são:

- (A) órgãos administrativos, destituídos de personalidade jurídica, hierarquicamente subordinados, no plano administrativo, à Mesa Diretora, e totalmente autônomos no plano funcional;
- (B) unidades autônomas em relação à estrutura administrativa da Assembleia Legislativa e que podem funcionar de forma descentralizada, por meio de unidades regulamentadas por Resolução;
- (C) órgãos administrativos, fruto da desconcentração administrativa, que não podem atuar de forma descentralizada, tendo plena autonomia funcional, ressalvada apenas a disciplina partidária;
- (D) unidades autônomas entre si, caracterizando uma forma de descentralização administrativa, administrativamente subordinadas à disciplina partidária, destinadas a assegurar o exercício da atividade político-parlamentar do deputado estadual;
- (E) entes personalizados no plano administrativo, administrativa e funcionalmente autônomos em relação à Mesa Diretora, constituindo-se como extensão do mandato do parlamentar, dotados de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

**38**

Determinado deputado estadual, em atuação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, foi demandado em ação popular, em razão da prática de atos alegadamente lesivos ao patrimônio público, que decorreriam diretamente do exercício da atividade parlamentar.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, abstraindo-se os atos regulamentares, é correto afirmar que o referido deputado estadual:

- (A) tem o direito subjetivo público de ser defendido pela Procuradoria-Geral do Estado;
- (B) deve assumir a própria defesa, considerando a natureza da ação ajuizada, que contrapõe o interesse público ao privado;
- (C) deve indicar se almeja ser defendido pela Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa ou pela Procuradoria-Geral do Estado;
- (D) tem o direito subjetivo público de indicar o advogado a ser contratado, observados os balizamentos e os limites de gasto estabelecidos em resolução;
- (E) pode requerer à Mesa que a representação judicial seja feita pela Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa, sem prejuízo das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado.

**39**

Ana, estudante de direito, realizou alentada pesquisa a respeito da correlação existente entre os conceitos de Comarca, termo e Município à luz da divisão e organização judiciárias do Estado do Rio Grande do Norte.

Ao fim de suas pesquisas, Ana concluiu, corretamente, que:

- (A) a Comarca pode abranger um ou mais termos, sendo que o Município sede da Comarca constitui um termo;
- (B) a Comarca é uma circunscrição territorial que absorve uma ou mais unidades judiciárias, configurando cada qual um termo;
- (C) a Comarca se identifica com o território do Município, formando um termo, sendo possível falar em pluralidade de termos apenas nas Comarcas integradas;
- (D) o termo se identifica com o conceito funcional de Comarca, sobreposição somente afastada em se tratando de Comarcas integradas, cujo território é formado por uma pluralidade de Municípios;
- (E) o termo, que se identifica com o conceito territorial de Comarca, abrange o território de sua sede e das Comarcas integradas, constituídas por uma pluralidade de Municípios.

**40**

Maria, juíza de Direito de entrância inicial no Estado do Rio Grande do Norte, obteve informações de que o órgão do qual era titular estava situado em Comarca que provavelmente teria sua entrância reclassificada para intermediária nos próximos meses.

À luz dessas informações, Maria concluiu, corretamente, que a referida reclassificação:

- (A) não afetará a sua situação funcional e remuneratória;
- (B) importará na alteração de sua situação funcional, mas não na situação remuneratória;
- (C) importará na alteração de sua situação remuneratória, mas não na situação funcional;
- (D) acarretará a necessária reclassificação do seu cargo, com os consectários daí decorrentes;
- (E) importará na colocação de Maria em disponibilidade, sendo-lhe assegurada preferência no próximo concurso de remoção.

## Conhecimentos Específicos

41

O Estado Alfa editou a Lei nº XX, dispondo sobre as exigências a serem observadas, no transporte interestadual de passageiros, que tenha como destino qualquer ponto do seu território. O governador do Estado Beta, por entender que a medida era prejudicial às empresas situadas em seu território, que não conseguiriam cumprir as referidas exigências, solicitou ao procurador-geral do Estado Beta que adotasse as medidas necessárias ao ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto a Lei nº XX.

O procurador-geral do Estado Beta, corretamente:

- (A) elaborou a petição inicial da ADI, a ser ajuizada pelo Estado Beta, representado pelo seu governador, sendo assinada pelo procurador-geral do Estado, agente com capacidade postulatória;
- (B) elaborou a petição inicial da ADI, tendo o governador legitimidade para ajuizá-la, devendo assiná-la em conjunto com o procurador-geral do Estado, agente com capacidade postulatória;
- (C) informou que não seria possível ajuizar a ADI, considerando que a Lei nº XX afronta competências da União, o que afasta o requisito da pertinência temática em relação a outro ente federativo;
- (D) elaborou a petição inicial da ADI, tendo o governador legitimidade para ajuizá-la, sendo assinada pelo procurador-geral do Estado, agente com capacidade postulatória;
- (E) elaborou a petição inicial da ADI, tendo o governador legitimidade para ajuizá-la, devendo assiná-la, em conjunto, ou não, com o procurador-geral do Estado.

42

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa promulgou emenda constitucional com o alegado objetivo de suprimir omissões detectadas na Constituição Estadual na disciplina da atuação do Tribunal de Contas. De acordo com o Art. X, a sustação do trâmite de licitação na qual seja detectada irregularidade é de competência da Assembleia Legislativa. O Art. Y dispôs que tanto as contas de governo como as contas de gestão do governador do Estado devem ser julgadas pela Assembleia Legislativa. O Art. Z, por sua vez, dispôs que não está sujeita a registro, perante o Tribunal de Contas, a admissão de pessoal com a nomeação para cargos de provimento em comissão.

Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade solicitou que sua assessoria verificasse a compatibilidade desses comandos com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) somente os Arts. Y e Z são inconstitucionais;
- (B) os Arts. X, Y e Z são inconstitucionais;
- (C) os Arts. X, Y e Z são constitucionais;
- (D) somente o Art. Y é inconstitucional;
- (E) somente o Art. X é inconstitucional.

43

No mês de dezembro do ano X1, foi publicada a Lei nº YY, que alterou o critério de fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), que passaria a levar em conta o modelo e o ano do veículo, considerando o teor de determinada tabela, divulgada no mês de outubro do exercício imediatamente anterior àquele em que o imposto é devido. De acordo com a Lei nº YY, ela produziria efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano X2, exercício financeiro subsequente, devendo o IPVA ser pago, no decorrer desse mês, conforme a placa do veículo.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que a Lei nº YY é:

- (A) inconstitucional, em razão da inobservância do princípio da anterioridade nonagesimal, mas isto não impede que a Lei nº YY seja posteriormente aplicada, considerando o IPVA devido após o decurso de noventa dias da sua publicação;
- (B) inconstitucional, em razão da inobservância do princípio da anterioridade nonagesimal, o que acarreta a nulidade do comando legal e impede a sua aplicação tanto no exercício financeiro subsequente como nos ulteriores;
- (C) constitucional, considerando a observância do princípio da anterioridade e a inaplicabilidade do princípio da anterioridade nonagesimal à situação descrita na narrativa;
- (D) constitucional, considerando que a fixação da base de cálculo dos impostos não é alcançada pelos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal;
- (E) inconstitucional, pois os Estados não têm competência para fixar a base de cálculo do IPVA, o que deve ser feito pela União por meio de lei complementar.

44

Otávio e Clóvis, respectivamente, brasileiros naturalizado e nato, travaram intenso debate a respeito da possibilidade, ou não, de virem a perder a sua nacionalidade. Enquanto Otávio inclinava-se pela possibilidade, Clóvis era irredutível em relação à impossibilidade.

Instada a se manifestar em relação ao debate, Inês concluiu, corretamente, que:

- (A) Otávio pode perder a sua nacionalidade por ato do órgão do Poder Executivo que a concedeu, observado o rol taxativo de situações previstas na ordem constitucional e na lei de regência, mas Clóvis não pode perder a sua nacionalidade;
- (B) Otávio somente pode perder a sua nacionalidade caso seja condenado pela prática de crime hediondo ou de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, enquanto Clóvis somente pode renunciá-la, o que exige um ato voluntário;
- (C) Otávio pode perder a sua nacionalidade na hipótese de atividade nociva ao interesse nacional, enquanto Clóvis somente pode perdê-la caso adquira outra nacionalidade, ressalvadas apenas as exceções constitucionais;
- (D) Otávio pode ter a sua naturalização cancelada, enquanto Clóvis somente pode perdê-la em caso de crime contra as instituições democráticas, sendo exigida, em ambos os casos, sentença judicial transitada em julgado;
- (E) tanto Otávio como Clóvis podem perder a sua nacionalidade nas hipóteses taxativamente previstas na ordem constitucional, mas isto somente ocorrerá por sentença judicial transitada em julgado.

**45**

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, em razão de divergências existentes entre seus órgãos internos, deixou de encaminhar sua proposta orçamentária anual no prazo estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A consequência para essa omissão, de acordo com a Constituição da República de 1988, é a:

- (A) consideração, pela Assembleia Legislativa, dos valores previstos na lei orçamentária vigente, corrigidos monetariamente, de acordo com a inflação do período;
- (B) elaboração da proposta básica pela Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa de Alfa, observados os balizamentos estabelecidos pela LDO;
- (C) consideração, pelo Poder Executivo, dos valores previstos na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites previstos na LDO;
- (D) elaboração da proposta básica pelo órgão competente do Poder Executivo, observados os balizamentos estabelecidos pela LDO;
- (E) fiel reprodução, na futura lei orçamentária anual, dos valores previstos na lei orçamentária vigente.

**46**

Em decorrência de auditoria realizada na Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte, foi constatado que diversos atos administrativos foram praticados com diferentes vícios, sendo certo que alguns desses atos viciados haviam sido impugnados na esfera administrativa.

Considerando o disposto na Lei Complementar Estadual nº 303/2005, é correto afirmar que:

- (A) não será admitida a convalidação quando o ato viciado tiver sido impugnado administrativamente;
- (B) os vícios de forma podem ser convalidados, ainda que resultem em prejuízo para a Administração;
- (C) nenhum vício de ato administrativo pode ser convalidado, pois não se originam direitos dos atos nulos;
- (D) os vícios de finalidade são passíveis de convalidação, em decorrência do desvio de poder ser considerado um vício sanável;
- (E) apenas os vícios de competência podem ser convalidados, pois os defeitos atinentes aos demais elementos do ato não podem ser sanados voluntariamente.

**47**

Luiz acabou de ser investido no cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, após a devida aprovação em concurso público, mas está receoso quanto às peculiaridades do estágio probatório para fins de aquisição da garantia da estabilidade, de modo que passou a pesquisar a orientação do Supremo Tribunal Federal em relação ao tema, concluindo, corretamente, que:

- (A) o ato de exoneração de servidor em razão do estágio probatório é meramente declaratório, podendo ocorrer após o transcurso de três anos, desde que as avaliações de desempenho sejam realizadas dentro do mencionado prazo;
- (B) a caracterização do efetivo exercício pelo prazo de três anos importa na aquisição automática da estabilidade, razão pela qual Luiz não mais poderá ser exonerado após o mencionado prazo em decorrência do estágio probatório;
- (C) a Administração não tem o dever de disponibilizar obrigação alternativa para servidor em estágio probatório cumprir deveres funcionais a que está impossibilitado em virtude de sua crença religiosa;
- (D) o prazo atinente ao estágio probatório é de dois anos, na forma da legislação local, durante o qual deve ser realizada avaliação de desempenho para fins de aquisição da garantia da estabilidade;
- (E) enquanto estiver em estágio probatório, Luiz não tem direito de participar de movimento grevista, ainda que por motivo de arbitrariedade da Administração, sob pena de ser imediatamente exonerado.

**48**

O Estado Alfa visa a criar uma fundação de direito privado para a prestação de serviços de saúde, a ser designada Dobem, mediante a adoção do regime celetista para a admissão de pessoal.

Diante dessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) não é viável criar Dobem na forma almejada, na medida em que o ordenamento não prevê a criação de fundação de direito privado;
- (B) a entidade administrativa Dobem será criada por lei e poderá utilizar o regime celetista, tal como planejado;
- (C) considerando a atividade a ser exercida, Dobem não poderá ser criada, diante da ausência de lei complementar que preveja tal atividade para as fundações de direito privado;
- (D) a criação de Dobem dependerá de autorização legislativa e o regime de pessoal a ser utilizado para tal entidade é o celetista;
- (E) apesar de ser possível a criação de uma fundação de direito privado, o regime de pessoal para Dobem não poderá ser celetista.

49

Walmyr não é servidor efetivo dos quadros permanentes da Administração Pública, mas ocupou por quatro anos cargo exclusivamente em comissão do Estado do Rio Grande do Norte, desempenhando muito bem suas atribuições na área de licitações e contratos, sendo certo que ele: não possui nenhum vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade com contratados eventuais da Administração Pública e que, com o advento da Lei nº 14.133/2021, Walmyr buscou capacitação, estudou muito e realizou cursos on-line acerca do tema, ministrados por entidades privadas.

Em razão disso, Lucíola, autoridade competente do órgão em que Walmyr atua, almeja nomeá-lo como agente da contratação, na forma da Lei nº 14.133/2021, sendo correto afirmar que a designação pretendida:

- (A) pode ser realizada, pois Walmyr não possui qualquer relação de parentesco, colateral ou por afinidade com contratados eventuais da Administração;
- (B) não pode ser realizada, na medida em que Walmyr não é servidor efetivo dos quadros permanentes da Administração Pública;
- (C) pode ser realizada, diante da experiência e especialização de Walmyr no tocante à matéria de licitações e contratos que são necessárias para tanto;
- (D) não pode ser realizada, pois Walmyr não possui certificação profissional emitida por escola de governo imprescindível para tanto;
- (E) não pode ser realizada, pois Walmyr precisa de experiência superior a cinco anos, que ainda não foi por ele alcançada.

50

João, prefeito do Município Delta, no exercício de suas atribuições, dolosamente, praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, a conduta de realizar publicidade sem caráter educativo, informativo ou educacional, com o intuito de efetuar a sua promoção pessoal, enaltecendo inequivocamente o mencionado agente político, mediante a personalização de atos, programas e obras por ele realizados na sua gestão.

Apesar da finalidade de obter proveito para si e da lesividade ao bem jurídico tutelado, João tinha a convicção de que sua conduta não importaria em vantagem patrimonial indevida, tampouco ocasionaria prejuízo ao erário, pois acreditava que a população tinha o direito de ter conhecimento das melhorias por ele pessoalmente realizadas na localidade.

Considerando os fatos narrados, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que João:

- (A) não praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, na medida em que a conduta por ele realizada deve ser enquadrada no rol taxativo dos atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito;
- (B) não praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois a conduta descrita não se enquadra dentre aquelas elencadas no rol taxativo do dispositivo que delimita a sua caracterização;
- (C) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois a conduta descrita se enquadra no dispositivo que delimita a sua caracterização, cujo rol é taxativo;
- (D) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, apesar de a conduta não estar especificada no dispositivo que delimita a sua caracterização, considerando que o rol do dispositivo é exemplificativo;
- (E) não praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, considerando que a conduta por ele praticada deve ser enquadrada no rol taxativo dos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.

51

Júnior, menor de idade, ingressa, representado por seu pai Pedro, com uma demanda indenizatória em face de uma fabricante de fraldas.

Nesse caso, a procuração deverá:

- (A) dar-se por instrumento público, por envolver direito de representação de menor de idade;
- (B) conter um prazo de validade, porque inviável o mandato perpétuo;
- (C) especificar, se assim desejar o mandante, os poderes para entabular transação com o réu, o que não se contém na cláusula *ad judicium*;
- (D) ser outorgada em nome de Pedro, porque será ele quem outorgará ao advogado poderes para, em seu lugar, representar seu filho Júnior;
- (E) restringir-se aos poderes gerais compreendidos na cláusula *ad judicium*, considerando que é vedado ao incapaz outorgar poderes especiais.

**52**

A Vara de Família de determinada comarca determinou a Geraldo, autor de processo judicial, as seguintes providências de regularização:

- (1) diante da idade avançada do autor (89 anos) e da notícia de que estava acamado por osteoporose (fragilidade óssea), deveria comparecer pessoalmente em cartório para fazer prova de vida e ratificar a procuração outorgada;
- (2) no mesmo ato, deveria trazer nova certidão de óbito de sua ex-cônjuge, haja vista que a juntada aos autos fora emitida há mais de vinte anos e, portanto, já fora da validade; e
- (3) a indicação de curador para representá-lo nos autos do processo.

É correto afirmar que, dentre as imposições feitas, poderá ser exigida:

- (A) somente (1);
- (B) somente (2);
- (C) somente (3);
- (D) (1), (2) e (3);
- (E) nenhuma.

**53**

É subjetiva a responsabilidade civil:

- (A) dos pais por ato dos filhos;
- (B) do cirurgião plástico pelo resultado da operação;
- (C) por ato ilícito decorrente do abuso de direito;
- (D) do transportador em relação a terceiros que sejam vítimas do acidente;
- (E) dos hospitais por infecção contraída durante a internação.

**54**

Joãozinho pede emprestado dez reais a seu colega de turma Pedrinho para comprar balas na cantina da escola.

Na hora do recreio, Joãozinho compra as balas e as divide com Pedrinho. No dia seguinte, os pais de Pedrinho vão à escola reclamar do ocorrido e exigem a devolução integral da quantia emprestada.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) ocorreu um negócio jurídico nulo que deve, por isso mesmo, ser desfeito, sem possibilidade de convalidação;
- (B) verifica-se um negócio jurídico anulável que pode ser desfeito apenas judicialmente, sem possibilidade de convalidação;
- (C) apesar de o negócio jurídico ter sido nulo, como reverteu em favor do incapaz lesado (Pedrinho) pela divisão das balas, pode ser convalidado;
- (D) apesar de o negócio jurídico ter sido anulável, como reverteu em favor do incapaz lesado (Pedrinho) pela divisão das balas, pode ser convalidado;
- (E) concretizou-se um ato-fato jurídico que deverá subsistir.

**55**

Carola, alemã, descobre, aos 29 anos, que tem uma irmã no Brasil, Maria, de 15 anos, fruto do relacionamento de seu pai com uma potiguar.

Muda-se, então, para Mossoró, onde estabelece seu novo domicílio. Consegue a guarda de sua irmã, com quem convive por três anos e meio até que, tamanha a ligação fraternal e o benefício recíproco da relação, ajuíza o pedido de adoção, o que muito alegra Maria.

Nesse caso, a adoção:

- (A) será considerada internacional, diante da nacionalidade da adotante;
- (B) não será possível, porque a adotante não é dezesseis anos mais velha do que a adotada, obstáculo intransponível;
- (C) não será possível, porque as partes são irmãs, obstáculo intransponível;
- (D) poderá ser levada a termo, mesmo que Carola não esteja inscrita no Cadastro Nacional de Adoção;
- (E) não será possível, porque Maria já conta mais de 18 anos na data do pedido, obstáculo intransponível.

**56**

Em determinado processo de execução fundado em título executivo extrajudicial, o demandado alegou, a certa altura, a ocorrência da prescrição intercorrente.

Depois de determinar a intimação do exequente para se manifestar a respeito do tema, o juiz entendeu que assistia razão ao executado, reconhecendo, assim, a prescrição intercorrente.

O pronunciamento judicial em questão consiste em um(a):

- (A) despacho, contra o qual não cabe a interposição de nenhuma via recursal típica;
- (B) decisão interlocutória, contra a qual não cabe a interposição de nenhuma via recursal típica;
- (C) decisão interlocutória, contra a qual cabe a interposição do recurso de agravo de instrumento;
- (D) sentença, contra a qual não cabe a interposição de nenhuma via recursal típica;
- (E) sentença, contra a qual cabe a interposição do recurso de apelação.

**57**

Na petição inicial cuja distribuição deu azo à instauração do processo A, o autor, embora munido de um título executivo extrajudicial, formulou pedido de condenação do réu a lhe pagar um débito representado no título em questão.

Já na peça exordial cuja distribuição ensejou a instauração do processo B, o demandante, apesar de não contar com nenhum título executivo, deduziu pretensão executória, requerendo a citação do demandado para que satisfizesse o crédito que reputava titularizar.

Nesse cenário, é correto afirmar que deve o juiz:

- (A) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação referente ao processo A, mas indeferir de plano a inicial da ação referente ao processo B;
- (B) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação referente ao processo B, mas indeferir de plano a inicial da ação referente ao processo A;
- (C) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação referente ao processo A, mas determinar a intimação do demandante para emendar a inicial da ação referente ao processo B;
- (D) proceder ao juízo positivo de admissibilidade de ambas as ações;
- (E) indeferir de plano as iniciais de ambas as ações.

**58**

José demandou em face de João cobrando uma dívida no valor de cem mil reais, por força de um contrato de mútuo celebrado entre ambos. O réu, além de contestar o pedido, sustentando que não havia celebrado o contrato afirmado pelo autor, também apresentou uma defesa de mérito indireta, na qual alegou que o autor era quem lhe devia a quantia de cinquenta mil reais, por força de um outro contrato com prazo para pagamento já vencido e não quitado por José. Em réplica, José apenas sustentou que era credor de João no valor de cem mil reais e que iria provar a existência do referido contrato de mútuo afirmado em sua inicial, nada arguindo quanto à dívida alegada por João em sua defesa.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) ambas as alegações de crédito dependem de produção de provas, visto que não se presumem verdadeiras;
- (B) o contrato de mútuo presume-se verdadeiro, uma vez que a defesa de mérito é genérica;
- (C) a defesa de mérito indireta apresentada não deve ser admitida, pois demandaria uma via própria de cobrança;
- (D) falta interesse de agir na defesa de mérito indireta, pois o réu inovou no processo com objeto que não era litigioso;
- (E) haverá presunção de veracidade do fato afirmado pelo réu, que não foi impugnado especificamente pelo autor.

**59**

Tendo em vista que o executado não foi encontrado e que os bens penhoráveis eram insuficientes até para o pagamento das custas, o juiz suspendeu o processo de execução.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) equivocada, pois deveria ter extinguido o processo de execução, pela falta de bens penhoráveis;
- (B) equivocada, pois deveria prosseguir com o processo, sem a suspensão do curso do prazo prescricional;
- (C) correta, e esta suspensão deverá durar no máximo um ano, durante o qual também ficará suspenso o curso do prazo prescricional;
- (D) correta, e esta suspensão deverá durar no máximo dois anos, durante os quais também ficará suspenso o curso do prazo prescricional;
- (E) correta, e esta suspensão não terá prazo máximo, devendo ficar suspenso o prazo prescricional por um ano.

**60**

Ajuizada uma reclamação para preservação da competência do tribunal, prolataram-se dois votos no sentido da sua procedência e um voto no sentido da sua improcedência. Assim, foi designada uma nova sessão de julgamento para o prosseguimento do processo, com a presença de outros julgadores em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.

Nesse cenário, a ampliação do colegiado está:

- (A) correta, uma vez que o julgamento não é unânime;
- (B) correta, uma vez que o resultado foi a rescisão da decisão;
- (C) equivocada, uma vez que não se aplica à reclamação;
- (D) equivocada, uma vez que não se admite reclamação para preservação da competência do tribunal;
- (E) equivocada, pois esta ampliação só é possível na ação rescisória.

**61**

Joana, maior e capaz, ao completar 30 anos de idade, resolve inovar a vida profissional, passando a laborar com a produção de textos publicados na internet. No curso de um dia ordinário de trabalho, o computador de Joana apresenta defeito, motivo pelo qual esta publica, em sua rede social, um pedido por indicações de pessoas especializadas no conserto de eletrônicos.

No dia seguinte, João, tendo tomado conhecimento da necessidade de Joana e atuando com dolo, comparece ao domicílio desta e oferece os seus serviços, afirmando que é especialista em eletrônicos e que pode resolver a problemática em cinco dias úteis.

Joana, então, entrega o seu computador a João, que desaparece, sem prestar qualquer tipo de serviço à vítima, que permanece desamparada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, a conduta de João caracteriza o crime de:

- (A) furto qualificado pela fraude, persecúvel mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido;
- (B) estelionato, persecúvel mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido;
- (C) furto qualificado pela fraude, persecúvel mediante ação penal pública incondicionada;
- (D) apropriação indébita, persecúvel mediante ação penal pública incondicionada;
- (E) estelionato, persecúvel mediante ação penal pública incondicionada.

**62**

João, ao tomar ciência de que os proprietários de um imóvel saíram para jantar, por volta das 20h, resolve ingressar no local, visando à subtração de bens variados. O indivíduo, então, escala o muro da parte de trás da casa, ingressando no seu interior por uma janela que estava aberta. João, antes de subtrair qualquer bem, ao lembrar dos ensinamentos de sua genitora, resolve ir embora.

No cenário narrado, à luz das disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

- (A) furto qualificado, na modalidade tentada, considerando que não houve a inversão da posse de qualquer bem;
- (B) furto simples, na modalidade tentada, considerando que não houve a inversão da posse de qualquer bem;
- (C) violação de domicílio qualificado, considerando a incidência do arrependimento posterior;
- (D) violação de domicílio qualificado, considerando a incidência da desistência voluntária;
- (E) violação de domicílio simples, considerando a incidência do arrependimento eficaz.

**63**

Luiz, maior e capaz, conheceu uma adolescente de 12 anos de idade, tendo conhecimento dessa informação. Após semanas de conversas, Luiz e a adolescente começaram a namorar, com a concordância dos genitores da infante. Após alguns meses, vizinhos descobriram os fatos e deram ciência às autoridades competentes. Durante as investigações, a adolescente narrou que não praticou conjunção carnal com Luiz, mas apenas outros atos, como beijos e carícias recíprocas nas partes íntimas. Disse, ainda, que todos os atos foram consentidos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Luiz:

- (A) responderá pelo crime de estupro de vulnerável, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- (B) responderá pelo crime de atentado violento ao pudor, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- (C) não responderá por qualquer crime, considerando que havia o consentimento expresso dos genitores da infante, seus representantes legais;
- (D) responderá pelo crime de importunação sexual, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- (E) não responderá por qualquer crime, considerando que havia o consentimento expresso da vítima.

**64**

A Polícia Militar, em patrulhamento de rotina em conhecido local de venda de entorpecentes, dispo de fundadas razões de prática delitiva, procedeu à abordagem de duas pessoas. Com João, maior e capaz, os policiais arrecadaram 100 gramas de cocaína. Com D.M., adolescente, os agentes policiais apreenderam 50 gramas de maconha. Em sede policial, João, observando todos os direitos constitucionais e convencionais, confessou que estava traficando. Constatou-se, ainda, que João é reincidente em crime doloso.

Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e as disposições da legislação extravagante, João responderá pelo crime de:

- (A) tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente e minorado por força do tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), e pelo delito de corrupção de menores, previsto na Lei nº 8.069/1990;
- (B) tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente e minorado por força do tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006);
- (C) tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente, e pelo delito de corrupção de menores, previsto na Lei nº 8.069/1990;
- (D) tráfico de drogas e pelo delito de corrupção de menores, previsto na Lei nº 8.069/1990;
- (E) tráfico de drogas, majorado em razão do envolvimento de adolescente.

**65**

1º cenário: Caio foi preso em flagrante, em razão da prática do crime de tortura. Após a audiência de custódia, Caio foi colocado em liberdade, mediante pagamento de fiança.

2º cenário: João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de roubo, a uma pena de quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo unitário, em razão da subtração de um telefone celular da vítima Joana. João, no curso do processo, veio a óbito.

Considerando os cenários narrados e as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, é correto afirmar que:

- (A) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- (B) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar o perdimento de bens, nos termos da lei, até o limite do patrimônio transferido;
- (C) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João terão o dever, apenas, de reparar o dano causado pelo crime e suportar a multa fixada em juízo, até o limite do patrimônio transferido;
- (D) não se poderia exigir de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é inafiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens;
- (E) é juridicamente adequada a decisão que exigiu de Caio, no 1º cenário, o pagamento de fiança, considerando que o crime de tortura é afiançável. No 2º cenário, considerando o princípio da intranscendência da pena, os sucessores de João não terão o dever de reparar o dano causado pelo crime, tampouco de suportar o perdimento de bens.

**66**

João foi denunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, na modalidade consumada. Finda a instrução processual, na primeira fase do procedimento bifásico, os autos vão conclusos para o juiz sentenciar o feito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) pronunciará o acusado, se convencido da materialidade dos fatos e da existência de indícios suficientes de autoria, devendo indicar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, as qualificadoras, as causas de aumento e de diminuição de pena;
- (B) pronunciará o acusado, se presentes indícios da materialidade dos fatos e da autoria, devendo indicar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, as qualificadoras, as causas de aumento e de diminuição de pena;
- (C) desclassificará a conduta, se concluir que não há, no caso concreto, a prática de crime doloso contra a vida e, não sendo competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja;
- (D) absolverá sumariamente o acusado, caso verifique a ausência de prova da materialidade delitiva ou de indícios suficientes de autoria;
- (E) impronunciará o acusado, quando demonstrada, desde logo, causa de isenção de pena.

**67**

Tício, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências do devido processo legal, foi condenado pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo (Art. 157, §2º, II e §2º-A, I, do Código Penal).

Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que as causas de aumento de pena são analisadas, pelo juiz, na:

- (A) terceira fase do processo dosimétrico. No caso concreto, considerando a presença de duas majorantes, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que menos aumente;
- (B) terceira fase do processo dosimétrico. No caso concreto, considerando a presença de duas majorantes, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que mais aumente;
- (C) segunda fase do processo dosimétrico. No caso concreto, considerando a presença de duas majorantes, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que mais aumente;
- (D) terceira fase do processo dosimétrico. No caso concreto, considerando a presença de duas majorantes, o juiz deverá aplicar ambas;
- (E) segunda fase do processo dosimétrico. No caso concreto, considerando a presença de duas majorantes, o juiz deverá aplicar ambas.



**68**

Tício é denunciado pelo Ministério Público, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei nº 9.099/1995. Recebida a denúncia, não se obtém êxito na citação do acusado, sendo certo que a resposta negativa do mandado é juntada aos autos do processo. O juiz titular do Juizado Especial Criminal verifica, ainda, a impossibilidade de o acusado ser encontrado para ser citado pessoalmente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) o juiz determinará a citação por edital do acusado, dando prosseguimento ao processo. Caso o acusado não constitua advogado, o juiz nomeará a Defensoria Pública para exercer a defesa técnica;
- (B) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo, sem que haja a suspensão do prazo prescricional, até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- (C) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- (D) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum ordinário;
- (E) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum sumário.

**69**

Mévio foi preso em flagrante, em razão da suposta prática do crime de latrocínio tentado. Após a formalização do auto de prisão em flagrante delito, Mévio foi encaminhado à audiência de custódia, dentro do prazo de 24 horas. No âmbito desta, constatando-se a observância de todos os direitos constitucionais e legais do custodiado, o Ministério Público opinou pela homologação da prisão flagrancial e concessão de liberdade ao custodiado, sem qualquer oposição pela defesa técnica.

Muito embora inexistisse, no caso concreto, requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, o juiz, em razão da gravidade em concreto dos fatos narrados, homologou a prisão em flagrante e converteu em prisão preventiva. Ato contínuo, após a audiência de custódia e sem conhecer o resultado desta, a autoridade policial representou pela decretação da prisão preventiva de Mévio.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o juiz:

- (A) não pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, salvo no contexto da Lei nº 11.340/2006, bem como em crimes de elevada gravidade concreta, mediante fundamentação idônea. No caso narrado, em se tratando de crime de latrocínio, a atuação judicial foi adequada;
- (B) pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, vedando-se, apenas, a decretação da prisão preventiva de forma oficiosa quando esta não é precedida de prisão flagrancial. No caso narrado, pois, a atuação judicial foi adequada;
- (C) não pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício. Contudo, como há posterior representação da autoridade policial, o vício está sanado;
- (D) não pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, motivo pelo qual a prisão de Mévio é ilegal e deverá ser revogada;
- (E) não pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, motivo pelo qual a prisão de Mévio é ilegal e deverá ser relaxada.

70

Pablo, em sessão plenária do Tribunal do Júri, foi condenado, pelo Conselho de Sentença, em razão da prática do crime de homicídio duplamente qualificado, na modalidade consumada. O acusado respondeu ao processo em liberdade. O juiz, então, proferiu a sentença, fixando a pena definitiva em quatorze anos e seis meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Pablo:

- (A) não estará sujeito à execução provisória da pena, em razão do princípio constitucional da presunção de não culpabilidade. Contudo, caso tenha interesse em recorrer da sentença, deverá recolher-se à prisão, em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos;
- (B) estará sujeito à execução provisória da pena em 1ª instância, em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos, aliado ao fato de que a pena aplicada, no caso concreto, é superior a quatorze anos de reclusão;
- (C) estará sujeito à execução provisória da pena, após o esgotamento da análise dos recursos por parte do Superior Tribunal de Justiça, em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos;
- (D) estará sujeito à execução provisória da pena, após o esgotamento das instâncias ordinárias, em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos;
- (E) não estará sujeito à execução provisória da pena, em razão do princípio constitucional da presunção de não culpabilidade.

## Discursivas

1

Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ingressou com representação de inconstitucionalidade tendo por objeto a Lei estadual nº XX. O paradigma de confronto utilizado foi uma norma da Constituição Estadual de Alfa, que não reproduzia nenhuma norma da Constituição da República de 1988. Em momento posterior, um partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, também tendo por objeto a Lei estadual nº XX.

À luz dessa narrativa, o candidato deve analisar se as ações ajuizadas perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa e o Supremo Tribunal Federal podem tramitar simultaneamente, bem como as consequências, caso a ação ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa seja julgada em momento anterior ao ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal, com a correlata declaração de inconstitucionalidade da Lei estadual nº XX.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Antes do pregão para audiência na Primeira Vara de Família, apresenta-se a testemunha Maria, mulher transexual, para requerer que seja tratada por seu nome social. O analista judiciário, então, pergunta se Maria já havia realizado a cirurgia de redesignação sexual e se já havia procedido à alteração de seu registro civil. A resposta para ambas as indagações é negativa.

À luz da situação narrada, discorra sobre o tratamento jurídico do nome no Direito brasileiro, abordando, minimamente, (i) o princípio da imutabilidade e (ii) a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a alteração do registro civil de pessoas transexuais. Posicione-se, ao final, sobre o pedido de Maria.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

**RASCUNHO – Questão 1 Discursiva**

---

1

5

10

RASCUNHO

15

**RASCUNHO – Questão 2 Discursiva**

---

1

5

10

RASCUNHO

15

Realização

